



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as questões de Estudo de Caso e respectivos espaços destinados para o rascunho. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- transcrever as respostas de Estudo de Caso no Caderno de Respostas, nos espaços destinados às questões.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho das questões de Estudo de Caso será corrigido.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas, bem como para responder às questões de Estudo de Caso e transcrever as respectivas respostas no Caderno de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões da Prova Objetiva e a Folha de Respostas, bem como o Caderno de Transcrição de Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Outubro/2008

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue:

Viagem para fora

Há não tanto tempo assim, uma viagem de ônibus, sobretudo quando noturna, era a oportunidade para um passageiro ficar com o nariz na janela e, mesmo vendo pouco, ou nada, entreter-se com algumas luzes, talvez a lua, e certamente com os próprios pensamentos. A escuridão e o silêncio no interior do ônibus propiciavam um pequeno devaneio, a memória de alguma cena longínqua, uma reflexão qualquer.

Nos dias de hoje as pessoas não parecem dispostas a esse exercício mínimo de solidão. Não sei se a temem: sei que há dispositivos de toda espécie para não deixar um passageiro entregar-se ao curso das idéias e da imaginação pessoal. Há sempre um filme passando nos três ou quatro monitores de TV, estrategicamente dispostos no corredor. Em geral, é um filme ritmado pelo som de tiros, gritos, explosões. É também bastante possível que seu vizinho de poltrona prefira não assistir ao filme e deixar-se embalar pela música altíssima de seu fone de ouvido, que você também ouvirá, traduzida num chiado interminável, com direito a batidas mecânicas de algum sucesso pop. Inevitável, também, acompanhar a variedade dos toques personalizados dos celulares, que vão do latido de um cachorro à versão eletrônica de uma abertura sinfônica de Mozart. Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente: a senhora da frente pergunta pelo cardápio do jantar que a espera, enquanto o senhor logo atrás de você lamenta não ter incluído certos dados em seu último relatório. Quando o ônibus chega, enfim, ao destino, você desce tomado por um inexplicável cansaço.

Acho interessantes todas as conquistas da tecnologia da mídia moderna, mas prefiro desfrutar de uma a cada vez, e em momentos que eu escolho. Mas parece que a maioria das pessoas entrega-se gozosa e voluptuosamente a uma sobrecarga de estímulos áudio-visuais, evitando o rumo dos mudos pensamentos e das imagens internas, sem luz. Ninguém mais gosta de ficar, por um tempo mínimo que seja, metido no seu canto, entretido consigo mesmo? Por que se deleitam todos com tantas engenhocas eletrônicas, numa viagem que poderia propiciar o prazer de uma pequena incursão íntima? Fica a impressão de que a vida interior das pessoas vem-se reduzindo na mesma proporção em que se expandem os recursos eletrônicos.

(Thiago Solito da Cruz, inédito)

1. Considerando-se o sentido integral do texto, o título **Viagem para fora** representa
- (A) uma alusão à exterioridade dos apelos a que se entregam os passageiros.
 - (B) um específico anseio que o autor alimenta a cada viagem de ônibus.
 - (C) a nostalgia de excursões antigas, em que todos se solidarizavam.
 - (D) a importância que o autor confere aos devaneios dos passageiros.
 - (E) a ironia de quem não se deixa abalar por tumultuadas viagens de ônibus.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, configura-se a tensão entre o desejo de recolhimento íntimo de um passageiro e a agitação de uma viagem noturna.
 - II. No segundo parágrafo, o cruzamento de mensagens, em diferentes meios de comunicação, é considerado invasivo por quem preferiria entregar-se ao curso da imaginação pessoal.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor considera a possibilidade de os recursos da mídia eletrônica e o cultivo da vida serem usufruídos em tempos distintos.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) II, somente.

3. O autor vale-se do emprego do pronome **você**, ao longo do segundo parágrafo, da mesma forma que esse pronome é empregado em:
- (A) Quando perguntei se você gostava de viajar, você titubeou, e não me respondeu.
 - (B) Já sei a opinião dele acerca da mídia eletrônica; gostaria que você me dissesse, agora, qual a sua.
 - (C) Não é aquele ou aquela passageira que me interessa; meus olhos não conseguem desviar-se de você.
 - (D) Quando se está em meio a um tumulto, você não consegue concentrar-se em seus próprios pensamentos.
 - (E) Espero que você não tenha se ofendido por eu lhe haver proposto que desligue o celular enquanto conversamos.

4. O último período do texto retoma e arremata, conclusivamente, uma idéia que já se representara na seguinte passagem:
- (A) (...) *há dispositivos de toda espécie para não deixar um passageiro entregar-se ao curso das idéias (...)*.
 - (B) *A escuridão e o silêncio no interior do ônibus propiciavam um pequeno devaneio (...)*.
 - (C) *Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente (...)*.
 - (D) *Quando o ônibus chega, enfim, ao destino, você desce tomado por um inexplicável cansaço.*
 - (E) *Há sempre um filme passando nos três ou quatro monitores de TV, estrategicamente dispostos no corredor.*

5. Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente (...)
- A frase acima conservará o sentido básico, sem prejuízo para a correção, substituindo-se o elemento sublinhado por:
- (A) estará à corrente.
 - (B) ficará ao par.
 - (C) abeirar-se-á.
 - (D) certificar-se-á.
 - (E) tomará ciência.

6. Está adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Ainda recentemente, não se poderia imaginar que uma viagem de ônibus venha a ser tão atribulada.
 - (B) A cada vez que se colocar um filme no ônibus, a expectativa seria a de que todos passam a ouvir tiros e gritos.
 - (C) Os que usam fone de ouvido talvez não imaginem que uma chiadeira irritante fique a atormentar os ouvidos do vizinho.
 - (D) Quem não quiser conhecer os detalhes da vida doméstica de alguém, há de tapar os ouvidos quando tocava o celular.
 - (E) Muita gente não distingue a versão eletrônica de uma sinfonia que tocasse no celular da versão original que um Mozart tem criado.

7. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Não (**costumar**) registrar-se, na conversa usual entre os passageiros, quaisquer reclamações contra a rotina barulhenta da viagem.
 - (B) (**dever**) agradar aos ruidosos passageiros toda essa parafernália eletrônica, que os dispensa de refletir sobre si mesmos.
 - (C) Momentos de solidão e contemplação (**haver**) de perturbar os que se entregam gostosamente aos estímulos eletrônicos.
 - (D) Já quase não se (**ver**), numa viagem de ônibus, passageiros ensimesmados, olhando vagamente pela janela.
 - (E) Não (**convir**) a muita gente esses momentos únicos de reflexão, que uma viagem de ônibus podia propiciar.

8. Está correta a construção da seguinte frase:
- (A) Seu vizinho de poltrona acha preferível ouvir música do que se concentrar num filme.
 - (B) A mulher ao lado prefere mais um filme em vez de ouvir música.
 - (C) Tenho mais preferência a desfrutar do silêncio que de ouvir intimidades alheias.
 - (D) O jovem prefere concentrar-se na música a ficar com os olhos num monitor de TV.
 - (E) É mais preferível entreter-se com idéias próprias a que se distrair com as tolices de um filme.

9. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:
- (A) Muitos se deixam embalar por um mixto de torpor e devaneio, quando se entretém à janela do ônibus.
 - (B) Tentou convencer o jovem a desligar a engenhoca, mas não obteve sucesso nessa tentativa de dis-suação.
 - (C) Que temos nós a haver com o relatório que deixou frustado aquele executivo?
 - (D) Por que não se institue a determinação de por um fim ao abuso dos ruídos no interior de um ônibus?
 - (E) É difícil explicar o porquê de tanta gente sentir-se extasiada diante das iniquidades de um filme violento.

10. Sempre gostei das viagens de ônibus, mas atualmente considero as viagens de ônibus uma verdadeira provação, pois o que vem caracterizando as viagens de ônibus é uma profusão de ruídos de toda espécie, o que torna as viagens de ônibus um desafio aos nervos de um pacato passageiro.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) considero-as - as vem caracterizando - as torna
- (B) considero-as - vem-nas caracterizando - lhes torna
- (C) as considero - vem-lhes caracterizando - torna-las
- (D) considero-lhes - lhes vem caracterizando - as torna
- (E) considero-lhes - vem caracterizando-as - torna-as

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue:

A amizade

Uma amizade verdadeira possui tão grandes vantagens que mal posso descrevê-las. Para começar, em que pode consistir uma “vida vivível” que não encontre descanso na afeição partilhada com um amigo? Que há de mais agradável que ter alguém a quem se ousa contar tudo como a si mesmo? De que seria feita a graça tão intensa de nossos sucessos, sem um ser para se alegrar com eles tanto quanto nós? E em relação a nossos reveses, seriam mais difíceis de suportar sem essa pessoa, para quem eles são ainda mais penosos que para nós mesmos.

Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização: as riquezas, para serem gastas; o poder, para ser cortejado; as honrarias, para suscitarem os elogios; os prazeres, para deles se obter satisfação; a saúde, para não termos de padecer a dor e podermos contar com os recursos de nosso corpo.

Quanto à amizade, ela contém uma série de possibilidades. Em qualquer direção a que a gente se volte, ela está lá, prestativa, jamais excluída de alguma situação, jamais importuna, jamais embaraçosa. Por isso, como diz o ditado, “nem a água nem o fogo nos são mais prestimosos que a amizade”. E aqui não se trata da amizade comum ou medíocre (que, no entanto, proporciona alguma satisfação e utilidade), mas da verdadeira, da perfeita, à qual venho me referindo. Pois a amizade torna mais maravilhosos os favores da vida, e mais leves, porque comunicados e partilhados, seus golpes mais duros.

(Adaptado de Cícero, filósofo e jurista romano)

11. Ao tratar da amizade verdadeira, Cícero dá um peso especial ao fato de que ela
- (A) é um privilégio desfrutado de uma forma única e exclusiva.
 - (B) intensifica nossas conquistas e ameniza nossos infortúnios.
 - (C) abre caminho para o exercício de um poder que todos desejamos.
 - (D) produz honrarias que todos os amigos podem compartilhar.
 - (E) afasta os padecimentos morais e multiplica as alegrias.

<p>12. No segundo parágrafo, os segmentos iniciados por <i>as riquezas (...), as honrarias (...)</i> e <i>os prazeres (...)</i> deixam subentendida a forma verbal:</p> <p>(A) aspiram. (B) contêm. (C) obtêm. (D) suscitam. (E) existem.</p>	<p>16. Transpondo-se para a voz ativa a frase Nossos reveses podem ser consolados pela palavra amiga, a forma verbal resultante será:</p> <p>(A) terá consolado. (B) hão de consolar-se. (C) poderiam consolar. (D) pode consolar. (E) haverá de consolar.</p>
<p>13. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. A expressão <i>nossos reveses</i> (1º parágrafo) é empregada com sentido equivalente ao de <i>golpes mais duros</i> (3º parágrafo).</p> <p>II. Em vez de <i>podermos contar</i> (2º parágrafo), o emprego da forma pudermos contar seria mais adequado à construção da frase.</p> <p>III. Os termos <i>comunicados</i> e <i>partilhados</i> (3º parágrafo) referem-se ao termo anterior <i>favores</i>.</p> <p>Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>17. <i>Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização (...)</i>.</p> <p>No período acima, são exemplos de uma mesma função sintática:</p> <p>(A) <i>vida e pessoas</i>. (B) <i>privilégios e utilização</i>. (C) <i>privilégios e pessoas</i>. (D) <i>existem e utilização</i>. (E) <i>a que e única</i>.</p>
<p>14. <i>Que há de mais agradável que ter alguém <u>a quem se ousa contar tudo como a si mesmo?</u></i></p> <p>Pode-se substituir o segmento sublinhado na frase acima, sem prejuízo para o sentido, clareza e correção, por:</p> <p>(A) com a audácia de contar tudo para si mesmo? (B) que pode contar com si mesmo? (C) com a coragem de quem ousa contar tudo? (D) com força para contar tudo sobre si próprio? (E) para confidenciar, sem receio, tudo de si?</p>	<p>18. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Quem cuida da saúde, conta com os recursos do corpo, já quem cultiva uma amizade, conta com o conforto moral. (B) No que me diz respeito, não me interessam os amigos de ocasião: prezo apenas os verdadeiros, os que me apóiam incondicionalmente. (C) De que pode valer, gozarmos um momento de felicidade, se não dispomos de alguém, a quem possamos estendê-la? (D) Confio sempre num amigo; pois minha confiança nele, certamente será retribuída com sua confiança em mim. (E) São essas enfim, minhas razões para louvar a amizade: diga-me você agora quais as suas?</p>
<p>15. Há um deslize na concordância verbal da seguinte frase:</p> <p>(A) Aos golpes mais duros da vida responde uma amizade verdadeira com palavras e gestos de solidariedade. (B) Nunca haverão de nos faltar, quando contamos com amigos verdadeiros, a força justa das palavras certas. (C) Assim como ninguém vive sem o préstimo da água, não se superam os infortúnios sem o apoio de um amigo verdadeiro. (D) Os sofrimentos que pesam sobre alguém haverão de ser mais leves com a companhia solidária de um amigo leal. (E) Importa, acima de todas as coisas, poder contar com a lealdade e os bons préstimos que nos oferece a amizade verdadeira.</p>	<p>19. É importante que <u>você possa</u> contar com minha amizade; <u>confie</u> nela, que eu não <u>o</u> decepcionarei.</p> <p>A frase acima permanecerá correta no caso de substituirmos os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) tu possas - confies - te (B) Vossa Excelência podeis - confiei - vos (C) tu possas - confia - te (D) vós possais - confiem - vos (E) Sua Senhoria podeis - confiai - vos</p>
	<p>20. Pensador conseqüente, a Cícero não importavam as questões secundárias; interessavam-lhe os valores essenciais da conduta humana.</p> <p>O sentido da frase acima permanecerá inalterado caso ela seja introduzida por:</p> <p>(A) Conquanto fosse. (B) Muito embora sendo. (C) Ainda quando fosse. (D) Por ter sido. (E) Mesmo que tenha sido.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. No que toca aos direitos e garantias individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que
- (A) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
 - (B) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - (C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
 - (D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
 - (E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

22. No que diz respeito à nacionalidade, é correto afirmar que são considerados brasileiros naturalizados os
- (A) estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
 - (B) nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - (C) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - (D) que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - (E) nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Com relação ao Processo Legislativo, é correto afirmar que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo,
- (A) dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (B) um quarto dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (C) um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (D) um quinto dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (E) três quartos dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

24. Quanto à organização político-administrativa, considere:
- I. O princípio da indissolubilidade tem por finalidades básicas a unidade nacional e a necessidade des-centralizadora.
 - II. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e não dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - IV. É lícito à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I e II.

Direito Administrativo

25. Considerando a classificação dos atos administrativos quanto aos efeitos, a autorização e a sanção administrativa são, respectivamente, atos
- (A) enunciativo e enunciativo.
 - (B) constitutivo e declaratório.
 - (C) declaratório e enunciativo.
 - (D) constitutivo e constitutivo.
 - (E) declaratório e constitutivo.

26. Sobre os atributos do ato administrativo, considere:
- I. Autoriza a imediata execução do ato administrativo, mesmo que eivado de vícios ou defeitos.
 - II. É o que impõe a coercibilidade para o cumprimento ou execução de certos atos administrativos.
 - III. Consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.

As assertivas I, II e III referem-se, respectivamente, aos seguintes atributos:

- (A) presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade.
- (B) imperatividade, auto-executoriedade e presunção de legitimidade.
- (C) auto-executoriedade, presunção de legitimidade e imperatividade.
- (D) presunção de legitimidade, auto-executoriedade e imperatividade.
- (E) auto-executoriedade, imperatividade e presunção de legitimidade.

<p>27. No que concerne à anulação do ato administrativo, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A anulação deve ocorrer quando há vício no ato.</p> <p>(B) É possível a anulação de um ato discricionário por questão de mérito administrativo.</p> <p>(C) Em regra, a anulação retroage seus efeitos à data da prática do ato.</p> <p>(D) A anulação pode ser feita pela Administração, de ofício ou mediante provocação.</p> <p>(E) A anulação pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação.</p>	<p>31. A respeito das obrigações solidárias, é correto afirmar:</p> <p>(A) Existindo mais de um credor ou mais de um devedor, presume-se a solidariedade.</p> <p>(B) O credor não pode renunciar a solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores.</p> <p>(C) Cada um dos credores solidários só tem o direito de exigir do devedor a parcela que lhe cabe na prestação.</p> <p>(D) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.</p> <p>(E) Importa em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.</p>
<p>28. Embora a Administração Pública indireta seja constituída de entidades de direito público e/ou de direito privado, é certo que elas têm alguns traços comuns, dentre os quais se destaca que</p> <p>(A) elas têm liberdade na fixação ou modificação de seus próprios fins.</p> <p>(B) a sua criação nem sempre é feita ou autorizada por lei.</p> <p>(C) a sua finalidade essencial é o lucro, que será distribuído dentre seus funcionários/ou empregados.</p> <p>(D) elas têm a possibilidade de se extinguirem pela própria vontade.</p> <p>(E) todas têm personalidade jurídica própria, o que implica direitos e obrigações definidas em lei.</p>	<p>32. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que</p> <p>(A) for feita em primeiro lugar.</p> <p>(B) for feita por escritura pública.</p> <p>(C) se completar com a tradição do título do crédito cedido.</p> <p>(D) for feita por último.</p> <p>(E) abranger todos os seus acessórios.</p>
<p>29. De acordo com a Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, NÃO se incluem, dentre os legitimados como interessados no processo administrativo,</p> <p>(A) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.</p> <p>(B) as pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.</p> <p>(C) aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.</p> <p>(D) quaisquer pessoas do povo, mesmo que não possam ser atingidas pela decisão a ser adotada.</p> <p>(E) as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.</p>	<p>33. A respeito da sociedade simples, considere:</p> <p>I. A sociedade de prazo indeterminado dissolve-se por deliberação da maioria absoluta dos sócios.</p> <p>II. Na sociedade simples, é válida a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e perdas.</p> <p>III. O sócio admitido em sociedade já constituída se exige das dívidas sociais anteriores à admissão.</p> <p>IV. A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente a todos os sócios.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) IV.</p> <p>(E) I, II e IV.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>30. A respeito da decadência, é correto afirmar que</p> <p>(A) não corre a decadência pendendo condição suspensiva.</p> <p>(B) é nula a renúncia à decadência fixada em lei.</p> <p>(C) interrompe a decadência qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.</p> <p>(D) a decadência pode ser interrompida por qualquer interessado.</p> <p>(E) a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>34. A respeito da responsabilidade patrimonial no processo de execução, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não ficam sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em obrigação reipersecutória.</p> <p>(B) O devedor responde, para cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens, exceto os que forem adquiridos após a sua citação.</p> <p>(C) O fiador, quando executado, não poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor, devendo cobrá-lo posteriormente, através de ação regressiva.</p> <p>(D) A partir da abertura da sucessão, o espólio responde pelas dívidas do falecido, mesmo após ter sido feita a partilha.</p> <p>(E) O credor que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de executada a coisa que se acha em seu poder.</p>

35. A respeito dos recursos, considere:

- I. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, tendo sido interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, terá como dia de início a data da intimação do acórdão recorrido.
- II. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, não tendo sido interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, terá como dia de início a data da intimação do acórdão.
- III. Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 dias.
- IV. A parte que aceitar tacitamente a sentença ou decisão não poderá recorrer.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e II.

36. A respeito da resposta do réu, é correto afirmar:

- (A) Se a ação for julgada extinta, ficará obstado o prosseguimento da reconvenção, devendo o réu valer-se de ação própria.
- (B) Quando forem vários os réus e o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.
- (C) A regra quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos aplica-se ao curador especial.
- (D) Presumem-se verdadeiros os fatos não precisamente impugnados, mesmo que estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
- (E) Pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.

37. Se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo por, não promovendo os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de 30 dias,

- (A) não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- (B) poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, porque o direito de ação não se confunde com a pretensão de direito material.
- (C) poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, porque os erros do advogado não podem prejudicar a parte.
- (D) só poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto se efetuar o pagamento do décuplo das custas.
- (E) só poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto se for representado por outro advogado.

Direito do Trabalho

38. A respeito da jornada *in itinere*, considere:

- I. O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, não afasta o direito à percepção das horas *in itinere*.
- II. Se existe transporte público, mas ele é insuficiente, não há direito a pagamento de horas *in itinere*.
- III. A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular não é circunstância que gera o direito às horas *in itinere*.
- IV. Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas não se limitarão ao trecho não alcançado pelo transporte público.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

39. César candidatou-se a vereador da cidade de Goiânia e foi eleito. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, seu contrato de trabalho será

- (A) extinto sem justa causa, fazendo jus às verbas trabalhistas inerentes a esta modalidade de rescisão contratual.
- (B) interrompido, devendo intimar o empregador dentro de 30 dias do término do encargo público, sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (C) suspenso, devendo intimar o empregador dentro de 30 dias do término do encargo público, sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (D) suspenso, devendo intimar o empregador dentro de 60 dias do término do encargo público, sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (E) interrompido, devendo intimar o empregador dentro de 60 dias do término do encargo público, sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.

<p>40. A rede de lojas de departamento Areia Branca terceirizou, regularmente, o serviço de conservação e limpeza de suas lojas à empresa Limpe Bem, assim como o serviço de vigilância à empresa Segura Mais. Neste caso, havendo inadimplência das obrigações trabalhistas, a rede de lojas Areia Branca</p> <p>(A) não poderá ser responsabilizada solidariamente ou subsidiariamente pelos empregados das empresas Limpe Bem e Segura Mais.</p> <p>(B) poderá ser responsabilizada solidariamente pelos empregados das empresas Limpe Bem e Segura Mais.</p> <p>(C) poderá ser responsabilizada subsidiariamente pelos empregados da empresa Limpe Bem e solidariamente pelos da empresa Segura Mais.</p> <p>(D) poderá ser responsabilizada solidariamente pelos empregados da empresa Limpe Bem e subsidiariamente pelos da empresa Segura Mais.</p> <p>(E) poderá ser responsabilizada subsidiariamente pelos empregados das empresas Limpe Bem e Segura Mais.</p>	<p>43. Com relação ao contrato de aprendizagem, é certo que</p> <p>(A) é modalidade de contrato especial, ajustado por escrito ou de forma verbal, por prazo determinado ou indeterminado.</p> <p>(B) o contrato de aprendizagem não pode ser estipulado por mais de dois anos.</p> <p>(C) não estará descaracterizado o contrato, em razão da informalidade existente, se o aprendiz que não concluiu o ensino fundamental não freqüentar a escola.</p> <p>(D) o aprendiz poderá trabalhar a partir dos dezesseis anos até os vinte e quatro anos de idade.</p> <p>(E) o aprendiz menor de dezoito anos não pode trabalhar com atividades insalubres, mas poderá laborar no período noturno, sem prejuízo dos estudos escolares.</p>
<p>41. A empresa de propaganda Azul prorrogou duas vezes o contrato de trabalho por prazo determinado de seu empregado Tício, dentro do período de dois anos. A empresa de propaganda Amarela celebrou segundo contrato pelo prazo determinado de um ano com Zeus, após oito meses da extinção do contrato celebrado anteriormente. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,</p> <p>(A) nenhum dos contratos de trabalho serão prorrogados por prazo indeterminado.</p> <p>(B) os contratos de trabalho de Tício e de Zeus serão prorrogados por prazo indeterminado.</p> <p>(C) somente o contrato de trabalho de Zeus será prorrogado por prazo indeterminado.</p> <p>(D) somente o contrato de trabalho de Tício será prorrogado por prazo indeterminado.</p> <p>(E) o contrato de trabalho de Tício será prorrogado por mais dois anos e o contrato de Zeus será prorrogado por prazo indeterminado.</p>	<p>44. Quanto à rescisão do contrato de trabalho por culpa do empregado e seus efeitos, analise:</p> <p>I. A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.</p> <p>II. Não há distinção entre os atos de incontinência de conduta e mau procedimento, tratando-se de sinônimos tipificados pela Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>III. Configura ato de insubordinação o descumprimento de ordem constante em circulares internas da empresa.</p> <p>IV. Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de trinta dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>42. No que tange à estabilidade provisória de dirigente sindical, analise:</p> <p>I. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.</p> <p>II. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.</p> <p>III. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade.</p> <p>IV. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção até seis meses após o final de seu mandato.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>45. Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho serão nomeados pelo Presidente</p> <p>(A) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(B) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(C) da República, após aprovação pela maioria relativa do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(D) do Supremo Tribunal Federal, após aprovação pela maioria relativa do Senado Federal.</p> <p>(E) do Conselho Nacional de Justiça, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p>

<p>46. No que diz respeito à extensão das decisões em Dissídios Coletivos, analise:</p> <p>I. O Tribunal que houver julgado o dissídio coletivo fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não pode ser superior a quatro anos.</p> <p>II. Em regra, nos dissídios de natureza jurídica que não tratem de condições de trabalho, as decisões poderão ser estendidas a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal competente.</p> <p>III. Sempre que o Tribunal competente estender a decisão em dissídio coletivo marcará a data em que a extensão deva entrar em vigor.</p> <p>IV. Mesmo em dissídio coletivo que for suscitado em nome de toda a categoria, haverá necessidade da extensão das decisões, tendo em vista que a decisão não possuirá eficácia <i>erga omnes</i>.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>48. Com relação ao recurso de revista, é certo que</p> <p>(A) é incabível esse recurso para reexame de fatos, mas será cabível a revista para reexame de provas.</p> <p>(B) caberá, em regra, esse recurso contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.</p> <p>(C) a admissibilidade desse recurso contra acórdão proferido em processo incidente na execução independente de demonstração inequívoca de violação direta à Constituição Federal.</p> <p>(D) só caberá esse recurso por violação literal de dispositivo de lei federal nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.</p> <p>(E) não se conhecerá desse recurso ou dos embargos quando a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.</p> <p>49. Na execução por carta precatória, os Embargos de Terceiros que versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens praticados pelo juízo deprecado serão oferecidos no juízo</p> <p>(A) deprecado, que terá também a competência para julgá-los.</p> <p>(B) deprecado, mas a competência para julgá-los será do juízo deprecante.</p> <p>(C) deprecante, que terá também a competência para julgá-los.</p> <p>(D) deprecado, mas a competência para julgá-los será do Tribunal Regional do Trabalho competente.</p> <p>(E) deprecante, mas a competência para julgá-los será do Tribunal Regional do Trabalho competente.</p>
<p>47. A ação rescisória deve ser proposta no prazo de dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão. O referido prazo é de</p> <p>(A) prescrição e conta-se do dia em que ocorreu o trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.</p> <p>(B) prescrição e conta-se do dia subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.</p> <p>(C) decadência e conta-se do dia em que ocorreu o trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.</p> <p>(D) decadência e conta-se do dia subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.</p> <p>(E) decadência e conta-se do dia em que ocorreu o trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.</p>	<p>50. Da decisão do Tribunal Regional do Trabalho em Mandado de Segurança caberá recurso ordinário no prazo de</p> <p>(A) oito dias para o Tribunal Superior do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razão de contrariedade.</p> <p>(B) oito dias para o pleno do próprio Tribunal Regional do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razão de contrariedade.</p> <p>(C) cinco dias para o Tribunal Superior do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e em dobro para os interessados apresentarem razão de contrariedade.</p> <p>(D) cinco dias para o pleno do próprio Tribunal Regional do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razão de contrariedade.</p> <p>(E) oito dias para o Tribunal Superior do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e o dobro para os interessados apresentarem razão de contrariedade.</p>

